

BANCO ALVORADA S.A.Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Av. da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2013, do Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada), de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Em 2013, registramos a distribuição aos acionistas de dividendos no montante de R\$ 541,650 milhões relativos ao exercício de 2012.

No semestre, o Banco Alvorada registrou Lucro Líquido de R\$ 820,160 milhões, correspondente a R\$ 3.929,13 por ação, Patrimônio Líquido de R\$ 15,834 bilhões, proporcionando rentabilidade de 10,58% sobre o Patrimônio Líquido médio do período.

Salvador, BA, 19 de julho de 2013.

Diretoria

Balanco Patrimonial em 30 de junho - Em Reais mil

ATIVO	2013	2012	PASSIVO	2013	2012
CIRCULANTE	5.862.164	17.655.839	CIRCULANTE	891.055	2.318.241
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	2	3	OUTRAS OBRIGAÇÕES	891.055	2.318.241
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	2.851.155	14.061.312	Sociais e Estatutárias (Nota 13d)	736.438	1.904.450
Aplicações no Mercado Aberto	35.834	24.700	Fiscais e Previdenciárias (Nota 12a)	88.637	326.681
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.815.321	14.036.612	Diversas (Nota 12b)	65.980	87.110
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a)	317.207	909.908	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	551.873	884.998
Carteira Própria	94.297	655.398	OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 12)	551.873	884.998
Moeda de Privatização	859	-	Fiscais e Previdenciárias	339.153	404.953
Vinculados à Prestação de Garantias	222.051	254.510	Diversas (Nota 12b)	212.720	480.045
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	-	4			
Transferências Internas de Recursos	-	4	PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 13)	15.833.915	24.833.416
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(16.260)	(56.854)	Capital:		
Operações de Arrendamentos a Receber:			- De Domiciliados no País	12.050.000	14.746.080
- Setor Privado	90.635	326.959	- De Domiciliados no Exterior	-	3.920
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(83.231)	(310.780)	Reservas de Lucros	3.733.397	9.950.276
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(23.664)	(73.033)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	50.518	133.140
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	2.710.006	2.741.344			
Rendas a Receber	2.638.868	2.632.615			
Diversos	71.171	108.797			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(33)	(68)			
OUTROS VALORES E BENS	54	122			
Outros Valores e Bens	350	279			
Provisões para Desvalorizações	(296)	(164)			
Despesas Antecipadas	-	7			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	860.283	781.472			
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5a)	56.312	-			
Aplicações no Mercado Aberto	56.312	-			
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS					
DERIVATIVOS (Nota 6a)	21.297	35.341			
Carteira Própria	15.063	24.522			
Moeda de Privatização	6.234	10.819			
OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL (Nota 7)	(566)	(5.915)			
Operações de Arrendamentos a Receber:					
- Setor Privado	11.487	114.727			
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(11.483)	(114.704)			
Provisão para Créditos de Arrendamento Mercantil de Liquidação Duvidosa	(570)	(5.938)			
OUTROS CRÉDITOS (Nota 8)	783.240	752.046			
Rendas a Receber	156	-			
Diversos	783.215	752.201			
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(131)	(155)			
PERMANENTE	10.554.396	9.599.344			
INVESTIMENTOS (Nota 9)	10.242.935	8.685.385			
Participações em Coligadas e Controladas:					
- No País	10.205.551	8.648.001			
Outros Investimentos	79.925	79.925			
Provisões para Perdas	(42.541)	(42.541)			
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO (Nota 10)	311.461	913.959			
Bens Arrendados	1.113.866	2.295.663			
Depreciações Acumuladas	(802.405)	(1.381.704)			
TOTAL	17.276.843	28.036.655	TOTAL	17.276.843	28.036.655

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração do Resultado dos Semestres findos em 30 de junho - Em Reais mil

	2013	2012
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	367.436	1.122.925
Operações de Créditos (Nota 7g)	10.167	13.669
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	249.218	481.622
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários (Nota 6b)	108.051	627.634
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	228.078	433.053
Operações de Empréstimos e Repasses	-	3
Operações de Arrendamento Mercantil (Nota 7g)	248.892	463.487
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (Nota 7e)	(20.814)	(30.437)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	139.358	689.872
OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	723.658	747.942
Despesas de Pessoal (Nota 14)	(2.000)	(1.103)
Outras Despesas Administrativas (Nota 15)	(2.830)	(3.649)
Despesas Tributárias (Nota 16)	(5.760)	(32.850)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas (Nota 9a)	742.261	781.074
Outras Receitas Operacionais (Nota 17)	20.137	23.585
Outras Despesas Operacionais (Nota 18)	(28.150)	(19.115)
RESULTADO OPERACIONAL	863.016	1.437.814
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 19)	777	1.784
RESULTADO ANTES DA DISTRIBUIÇÃO SOBRE O LUCRO E PARTICIPAÇÕES ..	863.793	1.439.598
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Notas 22a e b)	(43.633)	(259.919)
LUCRO LÍQUIDO	820.160	1.179.679
Número de ações (Nota 13a)	208.738	208.738
Lucro por ação em R\$	3.929,13	5.651,48

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutárias	Próprias	Coligadas e Controladas		
Saldos em 31.12.2011 ...	14.750.000	614.050	8.436.721	11.713	(15.118)	-	23.797.366
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	11.499	125.046	-	136.545
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	1.179.679	1.179.679
Destinações:- Reservas ..	-	58.984	840.521	-	-	(899.505)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(280.174)	(280.174)
Saldos em 30.6.2012	14.750.000	673.034	9.277.242	23.212	109.928	-	24.833.416
Saldos em 31.12.2012 ...	12.050.000	728.081	2.921.594	44.118	136.980	-	15.880.773
Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-	-	(17.506)	(113.074)	-	(130.580)
Dividendos 2012 - AGO 5.4.2013	-	-	(541.650)	-	-	-	(541.650)
Lucro Líquido	-	-	-	-	-	820.160	820.160
Destinações:- Reservas ..	-	41.008	584.364	-	-	(625.372)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	-	(194.788)	(194.788)
Saldos em 30.6.2013	12.050.000	769.089	2.964.308	26.612	23.906	-	15.833.915

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Semestres findos em 30 de junho - Em Reais mil

	2013	2012	2013	2012
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:				
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	863.793	1.439.598	(146.284)	(206.770)
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(493.620)	(349.690)	(416.347)	(144.747)
Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(20.814)	(30.437)	(29.095)	(1.014.710)
Depreciações	20.237	105.711		
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(742.261)	(781.074)		
(Reversão)/Despesas com Provisões Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	3.848	(3.435)		
Insuficiência de Depreciação	225.895	353.152		
Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	-	41		
Outras Provisões	19.475	6.352		
Lucro Líquido Ajustado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	370.173	1.089.908		
Aumento em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(445.984)	(1.657.024)	(5.967)	(19)
Redução/(Aumento) em Títulos para Negociação e Instrumentos Financeiros Derivativos	629.047	(37.790)	(1.293)	-
Redução em Relações Interfinanceiras e Interdependências	62	44		
Redução em Operações de Arrendamento Mercantil	2.220	28		
Aumento em Outros Créditos e Outros Valores e Bens	(21.982)	(57.973)		
Redução em Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	(386)		
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:				
Redução/(Aumento) em Títulos Disponíveis para Venda	18.838	(1.721)		
Alienação de Bens Não de Uso Próprio	8	10		
Alienação de Imobilizado de Arrendamento	6.980	57.587		
Aquisição de Bens Não de Uso Próprio	(79)	(37)		
Aquisição de Imobilizado de Arrendamento	(150)	(1.049)		
Dividendos Recebidos de Coligadas e Controladas	155	961.925		
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	25.752	1.016.715		
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:				
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	(5.967)	(19)		
Redução de Capital em Dinheiro	(1.293)	-		
Caixa Líquido Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(7.260)	(19)		
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(10.603)	1.986		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Período	46.439	22.717		
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Período	35.836	24.703		
Aumento/(Redução) Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(10.603)	1.986		

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

continua...

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Av. da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

Demonstração do Valor Adicionado dos Semestres findos em 30 de junho - Em Reais mil

Descrição	2013	%	2012	%
1 - RECEITAS	381.014	43,8	1.159.616	78,7
1.1) Intermediação Financeira	367.436	42,2	1.122.925	76,2
1.2) Reversão de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	20.814	2,4	30.437	2,1
1.3) Outras	(7.236)	(0,8)	6.254	0,4
2 - DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(248.892)	(28,6)	(463.490)	(31,5)
3 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(2.830)	(0,3)	(3.649)	(0,2)
Serviços de Terceiros	(72)	-	(93)	-
Comunicações	(3)	-	(8)	-
Serviços do Sistema Financeiro	(15)	-	(126)	-
Propaganda, Promoções e Publicidade	(293)	-	(293)	-
Transporte	(8)	-	(30)	-
Serviços Técnicos Especializados	(2.002)	(0,2)	(3.056)	(0,2)
Viagens	(2)	-	(4)	-
Emolumentos Judiciais e Cartorários	(186)	-	(11)	-
Outras	(249)	(0,1)	(28)	-
4 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	129.292	14,9	692.477	47,0
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (4)	129.292	14,9	692.477	47,0
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	742.261	85,1	781.074	53,0
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	742.261	85,1	781.074	53,0
7 - VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (5+6)	871.553	100,0	1.473.551	100,0
8 - DISTRIBUIR VALOR ADICIONADO	871.553	100,0	1.473.551	100,0
8.1) Pessoal	1.964	0,2	1.103	0,1
Outros	1.964	0,2	1.103	0,1
8.2) Impostos, Taxas e Contribuições	49.429	5,6	292.769	19,9
Federais	49.172	5,6	292.118	19,8
Municipais	257	-	651	0,1
8.3) Remuneração de Capitais Próprios	820.160	94,2	1.179.679	80,0
Dividendos	194.788	22,4	280.174	19,0
Lucros Retidos	625.372	71,8	899.505	61,0

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**1) CONTEXTO OPERACIONAL**

O Banco Alvorada S.A. (Banco Alvorada ou Instituição) é uma instituição financeira, que tem por objetivo efetuar operações bancárias em geral, inclusive câmbio e arrendamento mercantil. O Banco Alvorada é parte integrante da Organização Bradesco, sendo suas operações conduzidas de modo integrado a um conjunto de empresas que atuam nos mercados financeiros e de capitais, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e na gestão de riscos, e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) com as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, para a contabilização das operações, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (Bacen). As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: a mensuração de perdas estimadas com operações de crédito e de arrendamento mercantil; estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros; provisões cíveis, fiscais e trabalhistas; perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) de títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos disponíveis para venda e ativos não financeiros; e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração em 19 de julho de 2013.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Instituição.

b) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate, e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério *pro rata* dia e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no exterior, que são calculadas pelo método linear. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas de arrendamento mercantil são calculadas e apropriadas, mensalmente, pelo valor das contraprestações exigíveis no período (Portaria MF nº 140/84) e considera o ajuste a valor presente das operações de arrendamento mercantil.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação são ajustadas pelo valor de mercado. As demais aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

e) Títulos e valores mobiliários - classificação

- Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- Títulos disponíveis para venda - são aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e
- Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo geralmente baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

f) Operações de arrendamento mercantil, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito são classificadas nos respectivos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do CMN, que requerem a sua classificação de riscos em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo); e (ii) a avaliação da Administração quanto ao nível de risco. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso definidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN, para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

Período de atraso (1)	Classificação do cliente
• de 15 a 30 dias	B
• de 31 a 60 dias	C
• de 61 a 90 dias	D
• de 91 a 120 dias	E
• de 121 a 150 dias	F
• de 151 a 180 dias	G
• superior a 180 dias	H

(1) Para as operações com prazos a decorrer superior a 36 meses, é realizada a contagem em dobro dos períodos de atraso, conforme facultado pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

A atualização (*accrua*) das operações vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e, a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento.

As operações em atraso classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação por no mínimo cinco anos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como nível "H", e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando houver amortização significativa da operação, ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

A provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas e leva em conta as normas e instruções do CMN e do Bacen, associadas às avaliações procedidas pela Administração na determinação dos riscos de crédito.

A carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda, que contém cláusulas de: a) não cancelamento; b) opção de compra; e c) atualização pós-fixada ou prefixada e são contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo Bacen, conforme segue:

I - Arrendamentos a receber

Refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

II - Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e valor residual garantido (VRG)

Registrados pelo valor contratual, em contrapartida às contas retificadoras de Rendas a apropriar de arrendamento mercantil e Valor residual a balancear, ambos apresentados pelas condições pactuadas. O VRG recebido antecipadamente é registrado em Outras Obrigações - Credores por Antecipação do Valor Residual até a data do término contratual. O ajuste a valor presente das contraprestações e do VRG a receber das operações de arrendamento mercantil financeiro é reconhecido como superveniência/insuficiência de depreciação no imobilizado de arrendamento mercantil, objetivando compatibilizar as práticas contábeis. Nas operações que apresentem atraso igual ou superior a sessenta dias, a apropriação ao resultado passa a ocorrer quando do recebimento das parcelas contratuais de acordo com a Resolução nº 2.682/99 do CMN.

III - Imobilizado de arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com o benefício de redução de 30% na vida útil normal do bem, prevista na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: veículos e afins, 20%; móveis e utensílios, 10%; máquinas e equipamentos, 10%; e outros bens, 10% e 20%.

IV - Perdas em arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados são diferidos e amortizados pelo prazo remanescente de vida útil normal dos bens, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento (Nota 7f).

V - Superveniência/insuficiência de depreciação

Os registros contábeis das operações de arrendamento mercantil são mantidos conforme exigências legais, específicas para esse tipo de operação. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis previstas na legislação societária brasileira, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil.

Em consequência, de acordo com a Circular Bacen nº 1.429/89, foi calculado o valor presente das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se uma receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, registrados no Ativo Permanente, com o objetivo de adequar as operações de arrendamento mercantil ao regime de competência (Nota 7f).

g) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos - Diversos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre superveniência de depreciação e ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, são registradas na rubrica "Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias", sendo que para a superveniência de depreciação é aplicada somente a alíquota de imposto de renda.

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A contribuição social sobre o lucro é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas do segmento financeiro. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção das mencionadas leis estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

h) Despesas antecipadas

São representadas pelas aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros, sendo registradas no resultado de acordo com o princípio da competência. Os custos incorridos que estão relacionados com ativos correspondentes, que gerarão receitas em períodos subsequentes, são apropriados ao resultado de acordo com os prazos e montantes dos benefícios esperados e baixados diretamente no resultado, quando os bens e direitos correspondentes já não fizerem parte dos ativos da Instituição ou quando benefícios futuros não são mais esperados.

i) Investimentos

Os investimentos em empresas controladas e coligadas, com influência significativa ou participação de 20% ou mais no capital votante, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

Os incentivos fiscais e outros investimentos são avaliados pelo custo de aquisição, deduzidos da provisão para perdas/redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

j) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

k) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, o qual foi aprovado pela Resolução nº 3.823/09 do CMN, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação e quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo apenas ser divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

Detalhamento dos processos judiciais, bem como a segregação e movimentação dos valores registrados, por natureza, estão apresentados na Nota 11.

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84
Sede: Av. da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**l) Outros ativos e passivos**

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

m) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para sua emissão.

São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2013.

4) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Disponibilidades em moeda nacional	2	3
Total de disponibilidades (caixa)	2	3
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	35.834	24.700
Total de caixa e equivalentes de caixa	35.836	24.703

(1) Referem-se a operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação foi igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Apresentamos as informações relativas a títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos:

a) Classificação por categoria e prazos

Títulos	2013						2012					
	1 a 30 dias	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Valor de mercado/contábil (1)	Marcação a mercado			
Títulos para negociação (2)	8.039	26.667	-	208.547	243.253	243.155	98	841.822	437			
Letras financeiras do tesouro	-	26.667	-	208.547	235.214	235.116	98	271.036	437			
Notas do tesouro nacional (3)	8.039	-	-	-	8.039	8.039	-	570.786	-			
Títulos disponíveis para venda (4)	73.954	-	-	21.297	95.251	50.812	44.439	103.427	38.773			
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	15.063	15.063	15.060	3	24.522	21			
Ações	73.954	-	-	-	73.954	29.574	44.380	68.086	38.512			
Outros	-	-	-	6.234	6.234	6.178	56	10.819	240			
Total em 2013	81.993	26.667	-	229.844	338.504	293.967	44.537	945.249	39.210			
Total em 2012	638.872	-	51.583	254.794	-	-	-	945.249	39.210			

(1) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas;

(2) Para fins de apresentação do Balanço Patrimonial os títulos classificados na categoria "para negociação" estão demonstrados no ativo circulante;

(3) Referem-se a recursos de fundos de investimento exclusivos aplicados em operações compromissadas com o Conglomerado Bradesco; e

(4) No 1º semestre de 2013 e de 2012 não foram realizadas perdas que não temporárias para os títulos classificados na categoria de "disponíveis para venda".

b) Resultado de títulos e valores mobiliários

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Rendimentos de aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5b)	90.685	585.371
Cotas de fundos de investimentos	6.315	25.331
Títulos de renda fixa	9.716	13.818
Títulos de renda variável	1.335	3.114
Total	108.051	627.634

c) Instrumentos financeiros derivativos

O Banco Alvorada não possuía operações com instrumentos financeiros derivativos em 30 de junho de 2013 e de 2012.

7) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL, OUTROS CRÉDITOS COM CARACTERÍSTICA DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

Apresentamos as informações relativas às operações de arrendamento mercantil e outros créditos com características de concessão de crédito:

a) Modalidades e prazos

Operações de crédito	Curso normal						Em 30 de junho - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	2013 (A)	%	2012 (A)	%
Arrendamento Mercantil	11.238	7.968	7.027	15.067	19.552	6.713	67.565	80,41	325.670	93,60
Outros créditos (1)	274	277	277	830	1.661	13.140	16.459	19,59	22.280	6,40
Total em 2013	11.512	8.245	7.304	15.897	21.213	19.853	84.024	100,00	347.950	100,00
Total em 2012	35.516	27.680	26.366	67.342	102.782	88.264	-	-	-	-

Em 30 de junho - R\$ mil

Operações de crédito	Curso anormal						Em 30 de junho - R\$ mil			
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 540 dias	Parcelas vencidas	2013 (B)	%	2012 (B)	%
Arrendamento Mercantil	-	2.584	2.152	1.462	2.622	2.053	10.873	100,00	23.328	100,00
Total em 2013	-	2.584	2.152	1.462	2.622	2.053	10.873	100,00	23.328	100,00
Total em 2012	-	6.101	4.788	3.367	5.589	3.483	-	-	23.328	100,00

Em 30 de junho - R\$ mil

Operações de crédito	Curso anormal						Em 30 de junho - R\$ mil				
	1 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Parcelas vincendas	2013 (C)	%	2012 (C)	%
Arrendamento Mercantil	2.402	2.067	1.935	4.441	5.550	2.598	18.993	100,00	70.966	100,00	
Outros créditos (1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total em 2013	2.402	2.067	1.935	4.441	5.550	2.598	18.993	100,00	70.966	100,00	
Total em 2012	5.742	5.279	5.127	13.777	21.708	19.333	-	-	113.890	100,00	

(1) Corresponde a devedores por compra de valores e bens.

b) Concentração de operações de arrendamento mercantil e outros créditos

Maior devedor	Em 30 de junho - R\$ mil				Em 30 de junho - R\$ mil			
	2013	%	2012	%	2013	%	2012	%
Dez maiores devedores	16.459	14,45	22.243	5,03	48.766	42,82	152.552	34,50
Vinte maiores devedores	20.503	18,00	29.197	6,60	57.981	50,56	183.328	41,22
Cinquenta maiores devedores	22.297	19,58	32.231	7,29	64.437	55,94	199.188	45,22
Cem maiores devedores	26.045	22,87	39.231	8,87	76.430	66,27	233.116	52,22
Cem maiores devedores	30.795	27,04	48.598	11,00	88.264	76,27	271.036	60,22

c) Setor de atividade econômica

Setor privado	Em 30 de junho - R\$ mil				Em 30 de junho - R\$ mil			
	2013	%	2012	%	2013	%	2012	%
Setor privado	113.890	100,00	442.244	100,00	113.890	100,00	442.244	100,00
Indústria	5.463	4,80	27.696	6,26	5.463	4,80	27.696	6,26
Siderúrgica, metalúrgica e mecânica	1.033	0,91	4.795	1,08	1.033	0,91	4.795	1,08
Alimentícia e bebidas	811	0,71	4.757	1,08	811	0,71	4.757	1,08
Materiais não metálicos	794	0,70	3.157	0,71	794	0,70	3.157	0,71
Móveis e produtos de madeira	739	0,65	4.619	1,04	739	0,65	4.619	1,04
Extração de minerais metálicos e não metálicos	516	0,45	1.756	0,40	516	0,45	1.756	0,40
Artigos de borracha e plásticos	392	0,35	1.465	0,33	392	0,35	1.465	0,33
Têxtil e confecções	331	0,29	2.383	0,54	331	0,29	2.383	0,54
Química	238	0,21	1.396	0,32	238	0,21	1.396	0,32
Veículos leves e pesados	95	0,08	472	0,11	95	0,08	472	0,11
Papel e celulose	88	0,08	511	0,11	88	0,08	511	0,11
Eletroeletrônica	87	0,08	399	0,09	87	0,08	399	0,09
Edição, impressão e reprodução	81	0,07	547	0,12	81	0,07	547	0,12
Autopeças e acessórios	69	0,06	383	0,09	69	0,06	383	0,09
Artefatos de couro	38	0,03	390	0,09	38	0,03	390	0,09
Refino de petróleo e produção de álcool	-	-	160	0,04	-	-	160	0,04
Demais indústrias	151	0,13	506	0,11	151	0,13	506	0,11
Comércio	19.391	17,02	85.018	19,22	19.391	17,02	85.018	19,22
Produtos em lojas especializadas	7.052	6,19	28.999	6,56	7.052	6,19	28.999	6,56
Produtos alimentícios, bebidas e fumo	2.714	2,38	12.946	2,93	2.714	2,38	12.946	2,93
Reparação, peças e acessórios para veículos automotores	2.469	2,17	10.280	2,32	2.469	2,17	10.280	2,32
Resíduos e sucatas	1.526	1,34	6.074	1,37	1.526	1,34	6.074	1,37
Combustíveis	1.234	1,08	4.993	1,13	1.234	1,08	4.993	1,13
Varejista não especializado	1.202	1,06	5.392	1,22	1.202	1,06	5.392	1,22
Vestuário e calçados	935	0,82	4.504	1,02	935	0,82	4.504	1,02
Intermediário do comércio	529	0,46	2.523	0,57	529	0,46	2.523	0,57
Artigos de uso pessoal e doméstico	414	0,36	2.624	0,59	414	0,36	2.624	0,59
Veículos automotores	387	0,34	2.253	0,51	387	0,34	2.253	0,51
Atacadista de mercadorias em geral	119	0,11	1.493	0,34	119	0,11	1.493	0,34
Produtos agropecuários	93	0,08	563	0,13	93	0,08	563	0,13
Demais comércios	717	0,63	2.374	0,53	717	0,63	2.374	0,53

Intermediários financeiros	Em 30 de junho - R\$ mil				Em 30 de junho - R\$ mil			
	2013	%	2012	%	2013	%	2012	%
Serviços	48.766	42,82	152.552	34,50	48.766	42,82	152.552	34,50
Atividades imobiliárias, aluguel e serviços prestados às empresas	22.791	20,01	42.702	9,66	22.791	20,01	42.702	9,66
Transportes e armazenagens	19.879	17,46	80.564	18,22	19.879	17,46	80.564	18,22
Construção civil	1.667	1,46	8.359	1,89	1.667	1,46	8.359	1,89
Alojamento e alimentação	1.207	1,06	5.222	1,18	1.207	1,06	5.222	1,18
Serviços sociais, educação, saúde, defesa e seguridade social	908	0,80	4.120	0,93	908	0,80	4.120	0,93
Holdings, atividades jurídicas, contábeis e assessoria empresarial	573	0,50	3.007	0,68	573	0,50	3.007	0,68
Atividades associativas, recreativas, culturais e desportivas	482	0,42	2.702	0,61	482	0,42	2.702	0,61
Telecomunicações	120	0,11	554	0,13	120	0,11	554	0,13
Produção e distribuição de eletricidade, gás e água	12	0,01	56	0,01	12	0,01	56	0,01
Demais serviços	1.127	0,99	5.266	1,19	1.127	0,99	5.266	1,19
Agricultura, pecuária, pesca, silvicultura e exploração florestal	574	0,50	3.092	0,70	574	0,50	3.092	0,70
Pessoa física	39.679	34,84	173.758	39,29	39.679	34,84	173.758	39,29
Total	113.890	100,00	442.244	100,00	113.890			

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco
CNPJ 33.870.163/0001-84
Sede: Av. da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Saldo inicial	47.291	113.056
Reversão de provisão	(20.814)	(30.437)
Baixas para prejuízo	(2.079)	(3.425)
Saldo final	24.398	79.194
- Provisão específica (1)	18.614	54.791
- Provisão genérica (2)	5.784	24.403
Recuperação de créditos baixados com prejuízo (3)	10.167	13.669

(1) Para as operações que apresentem parcelas vencidas há mais de 14 dias;
(2) Constituída em razão da classificação do cliente ou da operação e, portanto, não enquadradas no item anterior; e
(3) Classificada em receitas de operações de crédito, como previsto nas normas e instruções do Bacen.

No período não ocorreram renegociações de operações de crédito.

f) Operações de arrendamento mercantil

I - Os contratos de arrendamento mercantil possuem atualização prefixada ou pós-fixada e podem ter as seguintes características:

- Arrendamento financeiro, com cláusula de não cancelamento e opção de compra; e
- Arrendamento operacional, com cláusula que possibilita o cancelamento e asseguram ao arrendatário a opção pela aquisição do bem a qualquer momento, pelo valor de mercado.

II - Conciliação da composição da carteira de arrendamento financeiro, a valor presente, com os saldos contábeis

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Arrendamentos financeiros a receber	102.122	441.686
(-) Rendas a apropriar de arrendamentos financeiros a receber	(94.714)	(425.484)
Bens arrendados financeiros + perdas em arrendamentos (líquidas)	1.113.866	2.295.663

9) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados em contas de resultado, sob a rubrica "resultado de participações em coligadas e controladas"

Empresas	Em 30 de junho - R\$ mil									
	Capital social		Patrimônio líquido ajustado		Quantidade de ações/cotas possuídas (em milhares)		Lucro líquido/(prejuízo) ajustado		Ajuste decorrente de avaliação (2)	
	2013	2012	Ações	Cotas	(%) Participação no capital	2013	2012	2013	2012	
Rubi Holdings Ltda.	4.821.345	8.065.907	-	4.817.526	99,920	611.208	8.059.518	6.960.370	610.724	624.916
Miramar Holdings S.A.	167.000	315.283	41.998	-	100,000	12.961	315.283	291.265	12.961	12.109
Caeté Holdings Ltda.	116.100	301.432	-	39.774	99,043	83.705	298.547	147.569	82.904	79.003
Bradesco Corretora de Seguros Ltda.	31.900	48.469	-	31.899	99,999	406	48.469	44.875	406	(520)
Baneb Corretora de Seguros S.A.	4.700	9.387	419	-	54,110	138	5.079	5.027	75	204
Settle Consultoria, Assessoria e Sistemas Ltda.	430	560	-	429	99,999	42	560	511	42	36
Aicará Holdings Ltda.	135	160	-	127	93,949	(6)	150	152	(6)	(3)
Banco Bradesco Cartões S.A. (1)	2.424.455	4.607.857	47.645	-	17,079	96.364	786.971	-	16.458	-
Serel Participações em Imóveis S.A.	212.000	1.517.313	5.470	-	37,879	35.992	592.226	460.821	13.633	18.778
Embaúba Holdings Ltda.	551.937	964.475	-	18.663	3,381	28.985	32.611	22.315	978	910
Marselha Holdings Ltda.	185.300	378.605	-	15.008	8,099	42.250	30.665	24.771	3.422	2.263
Manacás Holdings Ltda.	28.652	32.267	-	11.107	38,765	161	12.508	12.339	62	(321)
Tempo Serviços Ltda.	1.575.650	1.910.395	-	7.797	0,495	84.855	9.456	8.772	420	602
STVD Holdings S.A.	912.000	1.460.211	51.724	-	0,547	33.252	7.989	7.627	182	237
Bradescard Elo Participações S.A. (1)	-	-	-	-	-	-	-	656.096	-	42.888
Outras empresas	-	-	-	-	-	-	-	5.491	-	(28)
Total de Investimentos							10.205.551	8.648.001	742.261	781.074

(1) Investimento adquirido em 31 de agosto de 2012; e

(2) Os ajustes decorrentes de avaliação consideram os resultados apurados, periodicamente, pelas companhias e incluem variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado, quando aplicáveis.

b) Composição de outros investimentos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Ações e Cotas	28.571	28.571
Investimentos por incentivos fiscais	14.321	14.321
Títulos patrimoniais	77	77
Outros investimentos	36.956	36.956
Subtotal	79.925	79.925
Provisão para perdas	(42.541)	(42.541)
Total	37.384	37.384

10) IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Imobilizado de Arrendamento:		
Veículos e afins	1.112.976	2.293.163
Perdas em arrendamentos (líquidas)	890	2.500
Subtotal de bens arrendados	1.113.866	2.295.663
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.100.591)	(2.180.736)
Superveniência de depreciação (Nota 3f - V)	298.186	799.032
Subtotal da depreciação acumulada	(802.405)	(1.381.704)
Total Imobilizado de Arrendamento	311.461	913.959

11) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS - FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Instituição é parte em processos judiciais de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões a Administração da Instituição leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caibam mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras" em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Nos processos em que é exigido depósito judicial para garantia de execução, o valor das provisões trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de "ponto eletrônico" e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários não têm valores relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas do Sistema Financeiro Nacional ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Instituição.

As questões discutidas nas ações normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado financeiro.

III - Obrigações legais - provisão para riscos fiscais

O Banco Alvorada vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão totalmente provisionados, não obstante as boas chances de êxito a médio e longo prazos, de acordo com a opinião dos assessores jurídicos.

Essas obrigações legais e as provisões avaliadas como de risco provável, tem acompanhamento regular de suas evoluções nos trâmites do Judiciário, e no decorrer ou no encerramento de cada processo, poderão resultar em condições favoráveis à Instituição, com a reversão das respectivas provisões.

IV - Movimentação das provisões

	Em 30 de junho - R\$ mil		
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais e previdenciárias (1)
Saldo no início do 1º semestre de 2013	4.341	44.409	173.886
Atualização monetária	1.964	653	1.333
(Reversões)/constituições	(102)	-	-
Pagamentos	(1.949)	(27)	-
Saldo no final do 1º semestre de 2013 (Nota 12)	4.254	45.035	175.219
Saldo no final do 1º semestre de 2012 (Nota 12)	4.212	44.501	172.431

(1) Compreende, substancialmente, a obrigações legais.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Organização Bradesco mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Instituição figura como "autora" ou "ré" e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente.

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
(-) Depreciação acumulada sobre bens arrendados financeiros	(802.405)	(1.381.704)
Depreciações acumuladas	(1.100.591)	(2.180.736)
Superveniência de depreciação	298.186	799.032
(-) Valor residual garantido antecipado (Nota 12b)	(221.438)	(510.197)
Total do valor presente	97.431	419.964

g) Receitas de operações de arrendamento mercantil e de outros créditos com características de concessão de crédito

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Recuperação de créditos baixados como prejuízo (Nota 7e)	10.167	13.669
Arrendamento mercantil, líquido de despesas	326	18.135
Total	10.493	31.804

8) OUTROS CRÉDITOS

a) Rendas a receber

Refere-se, substancialmente, a dividendos a receber, no montante de R\$ 2.638.954 mil (2012 - R\$ 2.632.542 mil).

b) Diversos

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Devedores por depósitos em garantia	429.255	405.082
Pagamentos a ressarcir	170.477	163.591
Créditos tributários (Nota 22c)	166.740	177.694
Impostos e contribuições	56.461	55.399
Devedores por compra de valores e bens	16.459	22.280
Devedores diversos	14.635	36.593
Outros	359	359
Total	854.386	860.998

d) Em 30 de junho de 2013 e de 2012, não há processos contingentes avaliados como de perda possível de natureza relevante.

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Fiscais e previdenciárias

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Provisões para riscos - fiscais (Nota 11b - IV)	175.219	172.431
Provisões para impostos e contribuições diferidos (Nota 22c)	96.836	222.766
Impostos e contribuições sobre lucros a pagar	79.827	255.442
Impostos e contribuições a recolher	75.908	80.995
Total	427.790	731.634

b) Diversas

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Cretores por antecipação de valor residual (Nota 7f)	221.438	510.197
Provisões cíveis (Nota 11b - IV)	45.035	44.501
Cretores diversos - país	6.536	6.542
Provisões trabalhistas (Nota 11b - IV)	4.254	4.212
Obrigações por aquisição de bens e direitos	1.170	1.172
Provisão para pagamentos a efetuar	267	531
Total	278.700	567.155

13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social no montante de R\$ 12.050.000 mil (2012 - R\$ 14.750.000 mil), totalmente subscrito e integralizado, é representado por 208.738 ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Movimentação do capital social

	Quantidade de ações		R\$ mil	
	2013	2012	2013	2012
Em 1º de janeiro de 2012	208.738	14.750.000	208.738	14.750.000
Redução do capital social - AGE de 15.10.2012 (1)	-	(2.700.000)	-	(2.700.000)
Em 30 de junho de 2013	208.738	12.050.000	208.738	12.050.000

(1) Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de outubro de 2012, deliberou-se reduzir o capital social, de conformidade com o disposto no Artigo 173 da Lei nº 6.404/76, no valor de R\$ 2.700.000 mil, reduzindo-o de R\$ 14.750.000 mil para R\$ 12.050.000 mil, mediante a restituição em dinheiro, aos acionistas da Instituição, na proporção de suas participações no capital social, sem o cancelamento de ações. O processo foi homologado pelo Bacen em 17 de outubro e os recursos colocados à disposição dos acionistas em 19 de outubro de 2012.

c) Reservas de lucros

	Em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Reservas de Lucros	3.733.397	9.950.276
- Reserva Legal (1)	769.089	673.034
- Reserva Estatutária (2) (3)	2.964.308	9.277.242

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos;

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado; e

(3) Movimentação no período de 30.6.2012 a 30.6.2013:
(a) R\$ (7.681.727) mil destinados para pagamento de dividendos aos acionistas, conforme deliberação da Diretoria de 31.8.2012;

(b) R\$ 1.045.905 mil, correspondentes a distribuição do resultado do 2º semestre de 2012;

(c) R\$ 280.174 mil, correspondentes a reversão da destinação de dividendos do 1º semestre de 2012;

(d) R\$ (541.650) mil destinados para pagamento de dividendos aos acionistas, correspondentes a distribuição do resultado apurado no exercício de 2012, conforme Assembleia Geral Ordinária de 5.4.2013; e

(e) R\$ 584.364 mil, correspondentes a distribuição do resultado apurado no 1º semestre de 2013.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício, que somados não seja inferior a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos da legislação societária. Fica a Diretoria autorizada a declarar e pagar dividendos intermediários, especialmente semestrais e mensais, utilizando-se das contas de Lucros Acumulados ou de Reservas de Lucros existentes, e, podendo ainda, autorizar a distribuição de lucros a título de juros sobre o capital próprio em substituição total ou parcial aos dividendos intermediários, ou, em adição aos mesmos.

Demonstrativo dos dividendos relativos semestres findos em 30 de junho:

	R\$ mil	
	2013	2012
Lucro líquido do semestre	820.160	1.179.679
(-) Reserva Legal - 5% sobre o lucro	(41.008)	(58.984)
Base de cálculo ajustada	779.152	1.120.695
Dividendos propostos	194.788	280.174
Percentual em relação à base de cálculo ajustada	25,0%	25,0%
Valor em Reais por ação	933,17	1.342,23

BANCO ALVORADA S.A.

Empresa da Organização Bradesco

CNPJ 33.870.163/0001-84

Sede: Av. da França, 409 - 3º Andar - Parte - Comércio - Salvador - BA

Gestão, Elaboração e
Divulgação de
Relatórios de Análise
Econômica Financeira e
Demonstrações
Contábeis Consolidadas
da Organização
Bradesco.

ISO 9001

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**14) DESPESAS DE PESSOAL**

Refere-se, substancialmente, à provisão para processos trabalhistas no montante de R\$ 1.964 mil (2012 - R\$ 1.103 mil).

15) OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Serviços técnicos especializados.....	2.002	3.056
Propaganda, promoções e publicidade.....	293	293
Emolumentos judiciais e cartorários.....	186	11
Serviços de terceiros.....	72	93
Serviços do sistema financeiro.....	15	126
Transporte.....	8	30
Comunicações.....	3	8
Viagens.....	2	4
Outras.....	249	28
Total	2.830	3.649

16) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Contribuição à Cofins.....	4.713	27.373
Contribuição ao PIS.....	766	4.448
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS.....	257	651
Impostos e taxas.....	24	378
Total	5.760	32.850

17) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Juros e atualizações monetárias sobre impostos a compensar.....	8.463	8.498
Dividendos e Juros sobre o capital próprio recebidos.....	4.025	3.476
Reversão de outras provisões operacionais.....	3.711	7.112
Atualizações monetárias sobre depósitos vinculados.....	3.595	4.195
Recuperação de encargos e despesas.....	252	-
Outras.....	91	304
Total	20.137	23.585

18) OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Outras provisões (1).....	19.369	4.820
Atualizações monetárias.....	3.957	1.285
Atualizações de impostos e contribuições.....	3.313	4.907
Provisões civis.....	626	684
Doações e patrocínio de caráter cultural.....	460	3.800
Comissões com terceiros.....	231	207
Despesas gerais.....	104	880
Indenizações pagas.....	8	767
Outras.....	82	1.765
Total	28.150	19.115

(1) Provisão para ajuste do valor de realização de outros créditos.

19) RESULTADO NÃO OPERACIONAL

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado na alienação e baixa de valores e bens.....	835	1.783
Reversão/(constituição) de provisões não operacionais.....	(58)	1
Total	777	1.784

20) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com o controlador, controladas e coligadas estão assim representadas:

	Em 30 de junho - R\$ mil			
	2013 Ativos (passivos)	2012 Ativos (passivos)	2013 Receitas (despesas)	2012 Receitas (despesas)
Aplicações em depósitos interfinanceiros:				
Banco Bradesco S.A.	2.815.321	14.036.612	87.587	584.027
Aplicações no mercado aberto:				
Banco Bradesco S.A.	92.146	24.700	3.098	1.344
Dividendos e juros sobre o capital próprio:				
Banco Bradesco S.A.	(736.434)	(1.902.028)	-	-
Rubi Holdings Ltda.	2.516.575	2.505.114	-	-
Serel Participações S.A.	61.641	61.334	-	-
Caeté Holdings Ltda.	36.501	35.023	-	-
Marselha Holdings Ltda.	16.284	16.462	-	-
Miramar Holdings S.A.	6.682	9.932	-	-
Banco Bradesco Cartões S.A.	1.258	-	-	-
Tempo Serviços Ltda.	9	-	-	-
STVD Holdings S.A.	4	-	-	-
Embaúba Holdings Ltda.	4.301	-	-	-
Bradescard Elo Participações S.A.	273	-	-	-
Baneb Corretora de Seguros S.A.	95	-	-	-
Outras Controladas e Coligadas.....	8	-	-	-
Serviços prestados:				
Bradesco S.A. CTVM.....	-	-	(1)	(1)

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é definido em reunião do Conselho de Administração, a ser paga aos membros do próprio Conselho e da Diretoria, conforme determina o Estatuto Social; e
- A verba destinada a custear Planos de Previdência Complementar aberta dos Administradores, dentro do Plano de Previdência destinado aos Funcionários e Administradores da Organização Bradesco.

O Banco Alvorada é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Instituição.

A Instituição não possui benefícios de longo prazo de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração em instrumento baseado em ações, nos termos do CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações, aprovado pela Resolução CMN nº 3.989/11, para seu pessoal-chave da Administração.

Outras informações

Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos para:

- I - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos seus respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau;
- II - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e
- III - Pessoas jurídicas de cujo capital participem, com mais de 10%, a própria instituição financeira, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não é efetuado pela Instituição empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.

21) BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

O Banco Alvorada (sucessor por cisão do Banco Baneb S.A.) mantém planos de aposentadoria complementar de contribuição definida e de benefício definido, por meio da Fundação Baneb de Seguridade Social - Bases (relativos aos ex-empregados do Baneb). As obrigações atuariais dos planos de contribuição definida e benefício definido estão integralmente cobertas pelos patrimônios dos planos. Os recursos garantidores dos planos de previdência são investidos de acordo com a legislação pertinente (títulos públicos e privados, ações de companhias abertas e imóveis).

22) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social**

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social.....	863.793	1.439.598
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 15%.....	(345.517)	(575.839)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações em coligadas e controladas.....	296.904	312.430
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis.....	1.560	825
Outros valores.....	3.420	2.665
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(43.633)	(259.919)

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Semestres findos em 30 de junho - R\$ mil	
	2013	2012
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(42.380)	(225.870)
Impostos diferidos:		
Constituição/(realização) no semestre, sobre adições temporárias.....	(1.253)	(14.348)
Utilização de saldos iniciais de:		
Prejuízo fiscal.....	-	(19.701)
Total dos impostos diferidos	(1.253)	(34.049)
Imposto de renda e contribuição social do semestre	(43.633)	(259.919)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	R\$ mil			
	Saldo em 31.12.2012	Constituição	Realização	Saldo em 30.6.2013
Provisões para créditos de liquidação duvidosa.....	33.623	-	8.325	25.298
Provisões civis.....	17.533	250	-	17.783
Provisões fiscais.....	38.350	533	-	38.883
Provisões trabalhistas.....	1.586	785	820	1.551
Provisões para desvalorização de títulos e investimentos.....	17.410	-	-	17.410
Provisões para desvalorização de bens não de uso.....	95	23	-	118
Ágio amortizado.....	8.720	-	-	8.720
Outros.....	50.676	7.892	1.591	56.977
Total dos créditos tributários (Nota 8b)	167.993	9.483	10.736	166.740
Obrigações fiscais diferidas (Nota 12a)	165.286	627	69.077	96.836
Crédito tributário/(Obrigações fiscais diferidas)	2.707	8.856	(58.341)	69.904

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 30 de junho de 2013 - R\$ mil		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total
2013.....	20.465	11.883	32.348
2014.....	27.833	16.304	44.137
2015.....	27.203	15.926	43.129
2016.....	11.842	6.999	18.841
2017.....	20.506	6.965	27.471
2018 (1º sem.).....	509	305	814
Total	108.358	58.382	166.740

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 156.803 mil (2012 - R\$ 169.498 mil) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Instituição possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 96.836 mil (2012 - R\$ 222.766 mil) relativas a superveniência de depreciação R\$ 74.546 mil (2012 - R\$ 199.758 mil), a amortização de deságio R\$ 3.072 mil em 2012, ao ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos R\$ 17.768 mil (2012 - R\$ 15.649 mil) e a atualização monetária de depósitos judiciais de R\$ 4.522 mil (2012 - R\$ 4.287 mil).

23) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) O seguro dos bens arrendados está vinculado a cláusulas específicas dos contratos de arrendamento mercantil. Os bens de uso da Instituição estão segurados por montantes suficientes para cobrir eventuais sinistros contra incêndio, responsabilidade civil e riscos diversos.

b) Gerenciamento de riscos

A atividade de gerenciamento dos riscos é altamente estratégica em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos, e da globalização dos negócios da Organização Bradesco, motivo pelo qual está constantemente sendo aprimorada em seus processos.

A Organização Bradesco exerce o controle corporativo dos riscos de modo integrado e independente, preservando e valorizando o ambiente de decisões colegiadas, desenvolvendo e implementando metodologias, modelos, ferramentas de mensuração e controle. Promove ainda a atualização dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos, desde as áreas de negócios até o Conselho de Administração.

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam proativamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados, o que se faz necessário em face da complexidade dos produtos financeiros e do perfil de atividades da Organização Bradesco.

O Banco Alvorada como parte integrante da Organização Bradesco adota a estrutura de gerenciamento de riscos desta, no gerenciamento de risco de crédito, de mercado, de liquidez e operacional.

c) Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alguns pronunciamentos contábeis, suas interpretações e orientações, os quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo CMN.

Os pronunciamentos contábeis já aprovados foram:

- Resolução nº 3.566/08 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01);
- Resolução nº 3.604/08 - Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03);
- Resolução nº 3.750/09 - Divulgação sobre Partes Relacionadas (CPC 05);
- Resolução nº 3.823/09 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25);
- Resolução nº 3.973/11 - Evento Subsequente (CPC 24);
- Resolução nº 3.989/11 - Pagamento Baseado em Ações (CPC 10);
- Resolução nº 4.007/11 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); e
- Resolução nº 4.144/12 - Pronunciamento Conceitual Básico (R1).

Atualmente, não é possível estimar quando o CMN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e tampouco se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva.

A Diretoria

Silvio José Alves – Contador – CRC 1SP202567/O-5 S - BA

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores do

Banco Alvorada S.A.
Salvador - BA

Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Alvorada S.A. ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre, findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da instituição para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da instituição. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Base para opinião com ressalva

A Instituição registra as suas operações e elabora as suas demonstrações contábeis com observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o registro do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil na rubrica "provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação", classificada no ativo permanente, conforme mencionado nas notas explicativas às demonstrações contábeis nº 3f.V e 7f. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com a Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo, e rendas ou despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado e do patrimônio líquido, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Opinião

Em nossa opinião, exceto quanto a não reclassificação de saldos mencionada no parágrafo anterior, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Alvorada S.A. em 30 de junho de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Outros assuntos**Demonstração do valor adicionado**

Examinamos também a demonstração do valor adicionado (DVA), elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Instituição, para o semestre, findo em 30 de junho de 2013, que estão sendo apresentadas como informações suplementares. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 15 de agosto de 2013

KPMGKPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6Cláudio Rogélio Sertório
Contador CRC 1SP212059/O-0